

MARISTELA  
**BASSO**

# CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

**6<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada e  
reformulada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright* © 2020 by  
**EDITORA ATLAS LTDA.**  
 Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
 Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP  
 Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770  
 faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 05.09.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

B323c  
 Basso, Maristela

Curso de direito internacional privado / Maristela Basso. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-97-02191-2

1. Direito internacional privado. I. Título.

19-56937

CDU: 341.9

---

Leandra Felix da Cruz – Bibliotecária – CRB-7/6135

# SUMÁRIO

.....	
<b>Considerações iniciais: o domínio das normas sobre as relações jurídicas.....</b>	<b>XXI</b>
<b>Parte I – Teoria geral do direito internacional privado.....</b>	<b>1</b>
<b>1 Noções, conceito, fundamentos e objeto do direito internacional privado.....</b>	<b>3</b>
1.1 Noções introdutórias: o ponto de partida.....	3
1.2 Sobre o conceito de direito internacional privado.....	4
1.2.1 Elemento estrangeiro: significado e função.....	7
1.2.2 Fatos jurídicos tradicionais × fatos mistos/multinacionais.....	9
1.3 Premissas fundamentais do direito internacional privado (sua lógica e razão).....	9
1.4 Adensamento das noções e da terminologia do direito internacional privado.....	13
1.5 O objeto do direito internacional privado.....	13
1.6 Epílogo: as novas tendências e o “Novo DIPr”.....	17
1.6.1 Função renovada e ampliada do objeto do “Novo DIPr”.....	19
1.6.2 Função harmonizadora ou de aproximação.....	20
1.6.3 Funções histórica e internacional.....	20
1.6.4 A interpretação constitucional do “Novo DIPr”.....	20
1.6.5 Interpretação constitucional do “Novo DIPr” e a ordem pública.....	21
1.6.6 A prevalência dos princípios constitucionais e dos direitos humanos na análise e julgamento dos casos de “DIPr”.....	22
1.6.6.1 Perspectiva prática (estudo de caso): infração aos direitos humanos reconhecidos aos autores, inventores e desenvolvedores.....	22
<b>2 Fundamentos históricos e a origem dos conflitos de leis no espaço.....</b>	<b>29</b>
2.1 Fundamentos históricos dos conflitos de leis no espaço: a construção do DIPr.....	29
2.1.1 Fase pré-doutrinária.....	30
2.1.1.1 A ordem jurídica romana.....	30

2.1.2	Fase doutrinária (os séculos XIII-XIX) .....	33
2.1.2.1	Conflitos entre o direito territorial/nacional e o direito estrangeiro .....	33
2.1.2.2	Conflitos entre o direito pessoal e o direito territorial – as escolas estatutárias .....	33
2.1.2.2.1	Os estatutários – o começo: o Mestre Aldricus .....	34
2.1.2.2.2	Os pós-glosadores – Bartolo e a escola estatutária italiana (século XIV) .....	35
2.1.2.2.3	D'Argentré e a escola estatutária francesa (século XVI) .....	38
2.1.2.2.4	Ulric Huber e a escola estatutária holandesa (século XVII).....	39
2.1.2.2.5	A escola estatutária alemã (século XVIII)...	43
2.1.2.2.6	O legado das escolas estatutárias.....	44
2.1.3	Fase das codificações .....	46
2.1.3.1	As primeiras tentativas de codificação (1756-1811) – os códigos bávaro e prussiano .....	46
2.1.3.2	Os códigos da França e da Áustria .....	47
2.1.4	Fases moderna e contemporânea (séculos XIX e seguintes)....	47
2.1.4.1	Teoria de Joseph Story.....	48
2.1.4.2	Teoria de F. Carl von Savigny .....	50
2.1.4.3	Teoria de Pasquale S. Mancini .....	54
2.1.4.4	Teoria de Antoine Pillet .....	58
2.1.4.5	Os ensinamentos de Machado Villela.....	61
2.1.4.6	Os ensinamentos de Werner Goldschmidt .....	62
2.1.4.7	Resumo dos princípios dominantes .....	63
2.1.4.8	Doutrinadores contemporâneos .....	64
<b>3</b>	<b>Fontes do direito internacional privado .....</b>	<b>67</b>
3.1	As fontes estudadas sob a perspectiva da interpretação consistente, interativa e evolutiva .....	67
3.2	Modelos e classificações das fontes do direito internacional privado ....	68
3.3	Fontes internas: os códigos e leis de DIPr.....	73
3.3.1	Contextualização da lei interna como fonte do direito internacional privado: breve perspectiva de direito comparado.....	73
3.3.2	Aspectos gerais da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antes denominada LICC) .....	77
3.3.3	A unidade das fontes no sistema brasileiro de direito internacional privado.....	82
3.3.4	Descodificação do direito internacional privado e a internacionalização de valores constitucionais estatais .....	83
3.4	Fontes internacionais: tratados e convenções.....	84

3.4.1	A importância das fontes convencionais na atualidade do direito internacional privado.....	84
3.4.2	A substantivação das normas de direito internacional privado pelas fontes convencionais.....	86
3.4.3	O papel da Conferência de Haia no adensamento das fontes convencionais de DIPr.....	89
3.4.4	Tratados e convenções de direito internacional privado relevantes para a prática brasileira.....	92
3.4.5	Convenções e tratados ratificados e não ratificados pelo Brasil.....	100
3.4.5.1	Aplicação dos princípios constitucionais pós-Constituição Federal de 1988 e pós-Emenda Constitucional nº 45/2004 na prevalência dos tratados sobre a lei interna.....	100
3.4.5.1.1	Razões e fundamentos interpretativos dos §§ 1º e 2º do art. 5º da CF: as decisões recentes do STF.....	100
3.4.5.2	Aplicação dos tratados e convenções não ratificados como forma de manifestação doutrinária, dos usos e costumes.....	107
3.4.5.3	Aspectos de direito internacional público.....	108
3.4.5.4	Aspectos de direito internacional privado.....	109
3.4.6	Fontes comunitárias e regionais: os exemplos da União Europeia e do Mercosul.....	114
3.4.6.1	Direito da União Europeia e fontes do DIPr.....	114
3.4.6.2	O Mercosul e o direito internacional privado.....	118
3.4.6.2.1	Emenda Regimental do STF que regulamentou a solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul.....	121
3.5	O costume internacional – convenção tácita confirmada pela tradição e que se deduz da autoridade dos Estados.....	122
3.6	A jurisprudência.....	124
3.7	A doutrina jusprivatista internacional.....	130
3.8	As fontes institucionais e as normas narrativas no DIPr ( <i>soft law</i> ?).....	132
3.8.1	O Instituto de Direito Internacional ( <i>Institut de Droit International</i> ).....	138
3.8.2	O Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT).....	141
3.9	Direito internacional privado, direito transnacional e nova <i>lex mercatoria</i> .....	143
3.10	Observações de final de capítulo.....	147

<b>4</b>	<b>As normas de direito internacional privado: estrutura, classificação e função</b> .....	153
4.1	A estrutura formal da norma.....	153
4.2	A estrutura material da norma.....	155
4.3	A função da norma.....	156
4.4	Classificação da norma (taxinomia).....	156
4.4.1	O sentido atual da divisão do direito em público e privado...	156
4.5	A natureza das normas de direito internacional privado.....	157
4.5.1	A natureza da relação jusprivatista internacional.....	157
4.5.2	A localização das normas de direito internacional privado na legislação.....	158
4.5.3	A “concepção civilista” do direito internacional privado.....	158
	<b>Parte II – Direito internacional privado no Brasil</b> .....	161
<b>5</b>	<b>Os principais elementos de conexão do sistema de direito internacional privado brasileiro</b> .....	163
5.1	O domicílio: para as relações de estado e capacidade das pessoas e os direitos de família.....	163
5.1.1	Âmbito de aplicação do art. 7º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	164
5.1.2	Fundamentos históricos e valorativos do domicílio como regra de conexão no direito internacional privado e o contexto brasileiro.....	167
5.1.3	Regras de conexão do domicílio e da nacionalidade na determinação do direito aplicável às relações jurídicas relativas ao estado da pessoa, capacidade e direitos de família.....	169
5.1.4	Indeterminação do domicílio e sucessividade de elementos de conexão para a escolha da lei aplicável.....	172
5.2	O lugar da situação do bem – “Lex rei sitae”: para os direitos reais.....	174
5.3	O lugar da constituição da obrigação – “Locus regit actum” ou “ius loci celebrationis”: para o direito das obrigações.....	174
5.4	O lugar do último domicílio do falecido ou desaparecido: para o direito das sucessões.....	175
5.5	O lugar da constituição das sociedades e fundações: para as pessoas jurídicas.....	176
5.6	Pessoa jurídica de direito estrangeiro no direito internacional privado – a determinação da <i>lex societatis</i> .....	177
<b>6</b>	<b>Aplicação do direito estrangeiro</b> .....	181
6.1	A natureza do direito estrangeiro aplicado.....	181
6.2	Aspectos gerais da aplicação do direito estrangeiro, conflito de qualificações e a técnica do reenvio.....	181

6.3	A questão do reenvio no direito internacional privado e sua abordagem teórica.....	184
6.3.1	Proibição do reenvio no direito internacional privado brasileiro...	186
6.4	A prova do direito estrangeiro.....	188
6.4.1	Método e aplicação do direito estrangeiro .....	188
6.4.2	Prova do direito estrangeiro e aspectos relacionados à averiguação de seu “texto”, “vigência” e “sentido”.....	190
6.4.3	O adensamento da análise .....	191
6.4.4	Meios de averiguação e constatação do direito estrangeiro indicado pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	195
6.4.5	Regime de provas dos fatos ocorridos no estrangeiro .....	197
6.4.5.1	A prova dos fatos ocorridos no estrangeiro e o âmbito de aplicação do art. 13 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	197
6.4.5.2	A não admissibilidade de provas estrangeiras segundo o direito brasileiro: o filtro da “ordem pública” .....	200
6.5	A jurisprudência dos nossos tribunais .....	201
6.6	A ordem pública como limite à aplicação do direito estrangeiro.....	216
6.6.1	Noções de ordem pública sob a perspectiva do direito internacional privado: importância e função.....	216
6.6.1.1	Análise do art. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	217
6.6.1.2	Âmbito de aplicação do art. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	218
6.6.1.3	Relação entre “ordem pública” e aplicação do direito estrangeiro pelo juiz nacional.....	219
6.6.1.4	Ordem pública interna × ordem pública internacional ...	222
6.6.1.5	A ordem pública como anteparo, filtro ou obstáculo à aplicação do direito estrangeiro e ao reconhecimento dos fatos, atos e declarações de vontades ocorridas no exterior.....	223
6.6.1.6	Efeitos práticos da aplicação do art. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro no direito brasileiro e na prática jurisprudencial .....	225
6.6.1.7	Doutrina da aproximação ou adaptação .....	226
6.6.2	Ordem pública e execução de sentenças estrangeiras .....	228
7	<b>Aquisição da nacionalidade e a condição jurídica do estrangeiro no Brasil: novo cenário jurídico-político pós-promulgação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....</b>	<b>229</b>
7.1	A nova Lei de Migração Brasileira e o direito constitucional internacional.....	229

7.1.1	A constitucionalização de princípios fundamentais.....	230
7.1.2	A constitucionalização do direito humanitário.....	230
7.1.3	A internacionalização do direito interno brasileiro.....	230
7.1.4	A prevalência dos tratados sobre as leis internas.....	231
7.1.5	Incorporação ao direito brasileiro de regras e princípios do Tribunal Penal Internacional.....	232
7.2	Da nacionalidade e da naturalização.....	232
7.2.1	Da nacionalidade brasileira.....	233
7.2.2	Das condições de naturalização.....	233
7.2.3	Da perda e re aquisição da nacionalidade.....	234
7.3	Do migrante, emigrante, residente fronteiriço, visitante e apátrida.....	234
7.4	Dos efeitos extraterritoriais da Nova Lei de Migração: políticas públicas para os emigrantes.....	235
7.5	O cenário legal nacional e extraterritorial: a nova política migratória brasileira.....	236
7.5.1	Da nova política migratória.....	236
7.5.2	Dos vistos e suas modalidades.....	236
7.5.3	Dos registros.....	237
7.5.3.1	Do residente fronteiriço.....	237
7.5.3.2	Outras autorizações de residência.....	237
7.6	Do impedimento de ingresso no Brasil.....	238
7.7	Das medidas de retirada compulsória.....	238
7.7.1	Da repatriação.....	239
7.7.2	Da deportação.....	239
7.7.3	Da expulsão.....	239
7.8	Da extradição como medida de cooperação judiciária.....	239
7.9	Outras medidas de cooperação judiciária.....	240
7.9.1	Transferência de execução de pena.....	240
7.9.2	Transferência de pessoa condenada.....	241
<b>8</b>	<b>Do asilo político e do refúgio.....</b>	<b>243</b>
8.1	Do asilo diplomático.....	243
8.2	Dos documentos necessários.....	245
8.3	Do refúgio.....	245
8.3.1	Da solicitação do refúgio.....	246
<b>9</b>	<b>Atos praticados no exterior perante autoridades consulares brasileiras: validade no Brasil.....</b>	<b>247</b>
9.1	Análise do art. 18 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	247
9.1.1	Competência das autoridades consulares brasileiras para a realização de atos da vida civil no estrangeiro.....	248



9.1.2	Âmbito de aplicação do art. 18 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a celebração de atos da vida civil pelas autoridades consulares .....	250
9.2	A validade dos atos da vida civil realizados no exterior perante autoridade consular brasileira .....	251
9.2.1	Condições de validade dos atos.....	252
<b>Parte III – Processo civil internacional.....</b>		<b>255</b>
<b>10</b>	<b>Competência do juiz brasileiro.....</b>	<b>257</b>
10.1	Aspectos da competência internacional do juiz brasileiro.....	257
10.1.1	A competência internacional e o âmbito de aplicação do art. 12 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	258
10.1.2	A competência internacional no Código de Processo Civil de 1973 e no Novo Código de Processo Civil .....	264
10.1.3	Competência internacional concorrente em causas relativas a réu domiciliado no Brasil e obrigações exequíveis em território nacional.....	266
10.1.4	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira e <i>forum rei sitae</i> (ações sobre bens imóveis).....	268
10.1.5	Cooperação judiciária internacional e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente: facilidades e a nova prática trazida pelo novo CPC.....	270
10.1.5.1	Aspectos gerais da cooperação judiciária internacional e o direito brasileiro.....	270
10.1.5.2	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro de 1942 e as cartas rogatórias: aspectos do procedimento ordinário para o <i>exequatur</i> .....	272
10.1.5.3	A concessão do <i>exequatur</i> às cartas rogatórias: comparação entre as regras do novo CPC e do Regimento Interno do STJ com as alterações da Emenda Regimental nº 18, de 17 de dezembro de 2014.....	276
10.1.5.4	Procedimento especial para <i>exequatur</i> de cartas rogatórias no Mercosul: o Protocolo de Las Leñas de 1992 .....	283
10.1.6	Litispendência internacional: o princípio da não simultaneidade em direito internacional privado .....	284
10.1.6.1	O art. 24 do novo CPC e o princípio da não simultaneidade .....	285
10.1.6.2	Não simultaneidade x não sucessividade .....	287
10.2	Como o juiz nacional deve interpretar e aplicar o direito estrangeiro ..	287
10.3	Os recursos cabíveis contra a não aplicação, aplicação errônea e má interpretação do direito estrangeiro .....	288

10.4	Estudo de caso: a competência da justiça brasileira e a Convenção de Haia sobre Sequestro Internacional de Menores.....	289
10.4.1	Análise conjunta da Convenção de Haia e da Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças.....	290
10.4.2	Controvérsias (nacionais e internacionais) sobre a aplicação da Convenção de Haia.....	290
10.4.3	A aplicação com restrições da Convenção de Haia.....	291
10.4.4	A Ação Direta de Inconstitucionalidade que tramita no STF contra a Convenção de Haia.....	292
10.4.5	O poder-dever do juiz no caso concreto e a Convenção de Haia...	293
10.4.6	A confusão entre a “antecipação de tutela” do CPC e a figura do “retorno imediato” da Convenção de Haia.....	294
<b>11</b>	<b>Sentenças estrangeiras no Brasil.....</b>	<b>295</b>
11.1	Princípios fundamentais sobre o reconhecimento e execução das sentenças estrangeiras.....	296
11.2	Âmbito de aplicação do art. 15 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a execução de sentenças proferidas no estrangeiro....	298
11.3	Disciplina geral da homologação de sentenças estrangeiras no direito brasileiro.....	299
11.3.1	Aspectos preliminares: a competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	299
11.4	Juízo de delibação e requisitos para execução de sentenças (e decisões) estrangeiras: quadro comparativo entre o novo CPC e o Regimento Interno do STJ.....	300
11.5	Disciplina especial de homologação de sentenças estrangeiras no âmbito do Mercosul – a aplicação do Protocolo de Las Leñas.....	309
11.6	Desnecessidade de homologação de sentenças estrangeiras meramente declaratórias de estado da pessoa.....	312
11.7	Estudo de casos: a noção de ordem pública na atualidade do STJ e dos Tribunais dos Estados.....	313
11.7.1	O Caso Viagra.....	313
11.7.2	Casos relativos à cobrança de dívida contraída no exterior por meio de jogos de azar – efeitos no Brasil.....	316
11.7.3	Caso relativo à flexibilização das exigências de citação.....	325
11.7.4	Caso de cláusula de eleição de foro e direito estrangeiro aplicável x o direito do consumidor.....	325
<b>12</b>	<b>Arbitragem.....</b>	<b>327</b>
12.1	Reflexões (atuais) sobre a escolha do procedimento arbitral como método de solução de controvérsias de natureza patrimonial (mitos e realidade)...	327
12.2	Revisão imprescindível da finalidade da arbitragem e seu papel institucional.....	329

12.3	Comportamento das partes, dos advogados e dos árbitros: necessidade de observância dos princípios elementares do processo arbitral.....	331
12.4	Postura das partes na arbitragem .....	333
12.5	Efetividade e neutralização do conflito .....	336
12.6	Manifestação das partes e oportunidades conferidas pela arbitragem ...	336
12.7	Confidencialidade e proteção dos segredos envolvidos na disputa comercial.....	336
12.8	Observância do princípio da cordialidade e da preservação das boas relações.....	337
12.9	Observância do princípio da não surpresa.....	337
12.10	Atuação dos advogados .....	338
12.11	Comportamento dos árbitros e das partes no processo arbitral e celeridade do procedimento .....	340
12.12	Práticas frequentes de obstrução procedimental, desvios processuais e procrastinação da arbitragem .....	341
12.13	Decisões do STJ em procedimentos de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras: violação da ordem pública e suspeição do árbitro .....	344
12.13.1	Caso Merrill Lynch Capital Services Inc x Usinas Itamaraty S/A: alegação de ofensa à ordem pública .....	344
12.13.2	Caso ASA Bioenergy Holding AG x Adriano GDO: alegação de parcialidade do árbitro.....	345
12.14	Lei aplicável e jurisprudência .....	346
<b>Parte IV – Parte especial.....</b>		<b>351</b>
<b>13</b>	<b>Bens.....</b>	<b>353</b>
13.1	O tratamento dos bens no direito internacional privado .....	353
13.2	Conflito entre a lei aplicável ao contrato e aquela aplicável ao imóvel situado no Brasil .....	355
13.2.1	O direito material aplicável à retomada de imóvel situado no Brasil e o direito aplicável escolhido pelas partes para reger o contrato.....	355
13.2.2	A competência exclusiva do juiz togado brasileiro para as ações sobre imóveis situados no Brasil: a ordem pública e o art. 23 do novo CPC.....	357
13.2.3	As medidas processuais adequadas à retomada de imóvel situado no Brasil e a imperiosa aplicação do direito processual civil brasileiro: a inafastabilidade da “Lex Fori” .....	360
13.3	“Bens sem localização permanente” e lei do domicílio do proprietário ...	361
13.4	Os direitos reais sobre garantia, penhor e lei do domicílio do possuidor.....	363
13.5	Navios, aeronaves e embarcações .....	363

<b>14</b>	<b>Obrigações</b> .....	365
14.1	Lei aplicável às obrigações no direito internacional privado .....	365
14.2	Autonomia da vontade e lei aplicável às obrigações contratuais.....	366
14.2.1	O princípio da “autonomia da vontade” no contexto das arbitragens internacionais do comércio e a regra do art. 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	370
14.2.2	Observância dos princípios da interpretação consistente e evolutiva.....	371
14.3	Obrigações a serem executadas no Brasil e lei aplicável: o problema das obrigações de fundo.....	374
14.4	Necessidade de adaptação da regra de conexão para a determinação da lei aplicável em matéria contratual: uma dose de criticismo .....	375
14.5	A “nova lex mercatoria” como opção para a lei aplicável aos contratos?.....	377
<b>15</b>	<b>Direito de família</b> .....	381
15.1	Lei aplicável às relações jurídicas de direitos de família e para o casamento realizado no Brasil .....	381
15.2	Celebração de casamento de estrangeiros perante autoridades diplomáticas e consulares .....	383
15.3	Regime de bens no casamento e lei aplicável – técnica de determinação do domicílio conjugal .....	384
15.4	O divórcio ocorrido no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil ...	387
<b>16</b>	<b>Direito das sucessões</b> .....	389
16.1	As concepções unitarista e pluralista no DIPr sobre direitos sucessórios.....	389
16.2	Sucessão testamentária e aspectos de direito internacional privado.....	394
16.2.1	Validade extrínseca e intrínseca do testamento celebrado no exterior.....	395
16.3	Efeitos econômicos da concepção unitarista e a “lei do último domicílio do falecido” .....	397
16.4	Proteção da condição da mulher e dos filhos brasileiros no DIPr: o alcance normativo do art. 10 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e da Constituição de 1988 .....	397
16.5	Domicílio do herdeiro ou legatário e capacidade para a sucessão .....	398
<b>17</b>	<b>Pessoas jurídicas</b> .....	401
17.1	Implicações do reconhecimento da pessoa jurídica de direito estrangeiro.....	401
17.2	Regime jurídico do funcionamento de filiais, agências e estabelecimentos da pessoa jurídica de direito estrangeiro no Brasil.....	402

17.3	Aquisição de bens imóveis no território nacional por sujeitos de direito internacional público: Estados e organizações internacionais.....	405
17.3.1	Regra geral e a proibição de aquisição de bens imóveis em território nacional.....	405
17.3.2	Aquisição de bens imóveis pelo Estado estrangeiro para fins diplomáticos e consulares.....	406
	<b>Bibliografia temática</b> .....	409
	<b>Índice remissivo</b> .....	449